



EMPREGO, ESTABILIDADE E CARREIRA DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DE DADOS DA RAIS E RAIS MIGRA NOS ANOS DE 1985 A 2009

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira, Helena Maria Tarchi Crivellari

Resumo: A partir de dados derivados do registro administrativo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), consolidados nas bases RAIS e RAIS MIGRA, ambas organizadas e disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, o artigo apresenta uma análise do emprego, entre os anos de 1985 a 2009, dos bibliotecários - ou profissionais da informação, como também é chamado no Brasil. A análise privilegiou uma leitura quanto à estabilidade e à carreira no mercado formal de trabalho deste grupo profissional. Para tanto, foram investigadas as variáveis, em relação ao empregado: volume de admissões e desligamentos, gênero, faixa etária, tempo de permanência no vínculo empregatício. Quanto aos estabelecimentos empregadores, foram investigados o tamanho, a natureza jurídica e a distribuição segundo a classificação de atividades econômicas. Os dados foram analisados à luz de estudos do campo da informação, educação e trabalho, bem como da sociologia, economia e demografia. O presente texto traz resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida visando título de doutoramento, cujo objetivo geral é avaliar a relação entre a regulamentação profissional e o perfil do emprego para algumas profissões que operam intensamente com a informação. Já este artigo focalizou questões específicas do emprego e da profissão bibliotecária concluindo, através dos dados analisados, que a regulamentação favorece o exercício profissional, em termos de estabilidade, carreira e salário o que significa, em outras palavras, reconhecimento social.

Palavras-chave: Bibliotecário. Profissionais da Informação. RAIS. RAIS MIGRA Estabilidade. Carreira. Emprego.

1. INTRODUÇÃO

O mundo testemunhou, ao longo dos anos 90 e início do século atual, vários efeitos dos movimentos de reestruturação produtiva e da atuação neoliberal dos Estados nacionais. Estes movimentos também impactaram as profissões que, freqüentemente, foram incitadas aos processos de desregulamentação, em prol da flexibilidade nas formações profissionais, nas relações de trabalho, o que favoreceria a atuação plural dos profissionais. Os campos ligados à informação e à comunicação



foram particularmente atingidos. Exemplo deste processo, no Brasil, foi o fim da exigência do diploma de jornalista para a ocupação dos postos de trabalho com o mesmo título. Outro exemplo paradigmático é o que ocorre nas empresas de tecnologia da informação, onde os cargos de analistas de sistemas são ocupados por portadores de diferentes diplomas, devido à ausência da ação regulatória dos conselhos ou outras entidades representativas deste grupo socioprofissional; gerando uma situação de evidente precariedade do emprego para a cadeia produtiva do setor de TI's, onde prevalece o trabalho informal.¹

Estes exemplos caracterizam o relativo afrouxamento, que vem ocorrendo no Brasil, em relação à regulamentação das profissões nos campos da informação e da comunicação, impactando as características da qualificação, da jurisdição e do controle sobre o exercício do trabalho nestas áreas.

Na contramão deste processo, encontra-se o grupo de bibliotecários, ou “profissionais da informação” (PI) que, tendo em vista a regulamentação do seu espaço profissional, apresentam evidências de um mercado de trabalho com características distintas do paradigma neoliberal. Os bibliotecários têm perspectivas de estabilidade e carreira, dois traços históricos fundamentais da qualidade do emprego.

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma tese de doutorado, cuja investigação sobre as condições contratuais de trabalho e o perfil do emprego dos bibliotecários/profissionais da informação, foi feita por meio da base RAIS e RAISMIGRA, do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que é considerado um censo do trabalho formal no Brasil. O artigo segue apresentando elementos conceituais e de contextualização, metodologia de pesquisa, análise dos dados levantados e breve conclusão.

2. SOCIEDADE SALARIAL, ESTABILIDADE E CARREIRA PROFISSIONAL

Para Robert Castel (1998), a sociedade salarial foi uma das principais características dos países centrais, durante o período que vai do final da segunda guerra mundial até o choque do petróleo no início dos anos 70, sendo seus efeitos virtuosos prolongados, em certa medida, ainda durante os anos 80 quando emerge uma crescente onda neoliberal que se arrastou forte pelos anos 90, alcançando as primeiras décadas do século atual.

Na sociedade salarial, a maioria dos sujeitos sociais recebia não somente a renda, mas também um estatuto, o reconhecimento e a proteção social. O processo de regulação permitiu ao assalariado remunerações confortáveis, além de posição de prestígio e poder, tornando-se uma fonte de segurança. A sociedade salarial, no entanto, foi também conflitual, por ser fortemente hierarquizada, reter injustiças e até mesmo a exploração. De toda maneira, ela oferecia um mínimo de garantias e direitos que, se não presentes, poderiam ser requeridos – os estatutos assim o permitiam- inclusive através de estratégias transgeracionais, que pudessem promover a mobilidade ascendente. Havia, pois, uma

¹ Esta questão foi recentemente comentada pela imprensa nacional, a propósito do lançamento do *Plano Brasil Maior*. O jornal Valor Econômico publicou, em 03/08/11, artigo intitulado “Setor de TI comemora incentivo à formalização” onde, citando fontes da BRASSCON – associação que reúne as principais empresas de *software* do país – afirma que “hoje, metade dos 1,2 milhões de profissionais de TI trabalham no regime de pessoa jurídica para pagar menos impostos”. Mais adiante, “...com a desoneração de impostos não vale mais a pena fazer coisas indevidas” (BRIGATTO E DRSKA, 2011). Vale esclarecer que o IPEA considera “informal” o trabalho exercido pelos autônomos ou pelas empresas individuais.



regulação e a regulamentação de direitos.

Ainda para Castel (1998), a crise da sociedade salarial é uma crise da relação salarial que associava trabalho e segurança. Sua crise, portanto, está relacionada a um esfacelamento desta relação, tendo em vista a precarização crescente das relações de trabalho e o desenvolvimento do desemprego em massa. Uma desregulação e desregulamentação. Antunes (2009), ao analisar as dimensões da precarização estrutural do trabalho, afirma que ela ocorre a partir do início dos anos 1970, quando o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa, tendo como solução a instituição do trabalho precário.

Boyer (2009) considera que os aspectos coletivos do contrato de trabalho, e por consequência, a própria especificidade do trabalho acarreta a noção de relação salarial², pois as modalidades são alteradas para cada empresa que administra os componentes que organizam o trabalho, sua duração, o salário, as perspectivas de carreira, as vantagens sociais e outros elementos do salário indireto.

No contexto da sociedade salarial que, nos países centrais, aproximou-se do pleno emprego (HOBSBAWN, 1995, p. 254), o emprego chamado vitalício caracterizava-se pela estabilidade e carreira construída a longo prazo. Neste contexto, portanto, a mobilidade do trabalhador ocorria, principalmente, no interior da organização empregadora, ou seja, constituía-se em uma mobilidade vertical ou ascensão na carreira; e não em uma mobilidade horizontal, de firma para firma ou de uma região para outra, que muitas vezes evidencia a fragilidade das relações de trabalho, hoje tão comum. As noções de carreira e estabilidade são conceitos fundamentais para caracterizar estes processos.

O termo carreira é identificado por Max Weber (1999, p. 204), em seu famoso ensaio sobre a burocracia, como um processo através do qual “o funcionário, de acordo com a ordem hierárquica das autoridades, percorre uma carreira, dos cargos inferiores, menos importantes e menos bem pagos até os superiores”. Os funcionários, em média, aspiram a uma fixação relativamente mecânica das condições de ascensão, se não nos próprios cargos, pelo menos nos níveis salariais, segundo o tempo de serviço. Ainda para Weber, e a partir de uma noção do “tipo ideal” de organização burocrática, o “cargo” é identificado como *profissão*, cuja ocupação tem exigência de uma formação prescrita, requerendo o emprego de plena força de trabalho por um período prolongado, e exames específicos prescritos. Portanto, para o cumprimento regular e contínuo dos deveres e para o exercício dos direitos correspondentes a estes cargos, contratam-se pessoas de qualificação regulamentada para tal. A estrutura burocrática é uma característica do Estado moderno e das formas mais avançadas na economia privada, vindo acompanhada pela concentração dos meios de produção e de serviço. Assim, na sua forma típica, ela corresponde às grandes empresas capitalistas privadas, que têm nisso sua característica essencial ou mesmo ao aparelho do Estado. Para Weber, a burocracia é inevitável na moderna democracia de massas em oposição a pequenas unidades produtivas de bens e serviços.

2 A relação salarial desdobra-se em cinco componentes: I. organização do processo de trabalho e tipo de meios de produção; II. hierarquia das qualificações da mão-de-obra; III. mobilidade dos trabalhadores dentro e fora da firma; IV. regras de formação do salário direto e indireto; V. modo de utilização da renda salarial, principalmente as normas de consumo vigente. (Boyer, 2009)



As profissões modernas nasceram neste contexto e para este contexto. Discutindo a profissionalização como um fenômeno e um processo de construção social, Diniz (2001), citando Collins (1979), aponta outros aspectos fundamentais a este processo. São eles: estabilidade, *status*, mobilidade, consciência de *status* e continuidade da forma. A estabilidade, ou seja, a permanência do indivíduo na profissão ao longo de suas vidas vai ocorrer pela identificação particularmente forte com a ocupação/profissão, que resulta do alto investimento em tempo e recursos financeiros para o longo treinamento de inserção. O segundo aspecto diz respeito ao *status* e ao prestígio individual do profissional na sociedade, que depende do prestígio alcançado na coletividade profissional. O terceiro aspecto diz respeito à mobilidade coletiva resultante de uma das buscas da profissionalização; neste aspecto ressaltam-se as amplas diferenças de renda, poder e prestígio entre as profissões. O quarto aspecto, a consciência do *status*, é medida usualmente pela distância social com relação a outros grupos de *status* inferior. O quinto e último aspecto diz respeito à continuidade da forma, ou seja, à sobrevivência, como nomes e imagens, por sua capacidade de adaptação às mudanças que ocorrem nas sociedades.

Ainda para Collins (1979) *apud* Diniz (2001), os aspectos estruturais da estabilidade e da mobilidade coletiva ascendente são complementares. Contudo, ao analisar a mobilidade ocupacional de uma forma mais ampla, é possível identificar que a estabilidade já é um sintoma positivo, uma vez que não ocorre a mobilidade descendente. Parenza e Schneider (2010) consideram que o estudo da mobilidade ocupacional consiste na análise do deslocamento de um para outro ofício e de um para outro ramo e setor de atividade econômica. Eles tratam a mobilidade social como mobilidade ocupacional. Andrade e Rodrigues (1996) mostraram que o estudo de mobilidade social, no Brasil, se divide em cinco campos de pesquisa: mobilidade ocupacional inter e intrageracional, mobilidade e segmentação do mercado de trabalho entre os setores formal e informal da economia, mobilidade de renda e mobilidade educacional intergeracional.

Para Parenza e Schneider (2010), predominam os fluxos intergeracional (ocupação e escolaridade dos pais e dos filhos) e intrageracional (ocupações de um mesmo indivíduo ao longo de sua trajetória de vida). Para tanto, as ocupações são ordenadas em escalas que consideram o seu prestígio social, tendo como pontos de corte principais a diferenciação entre trabalho rural, urbano, manual e não manual. A partir da escala ocupacional, torna-se possível verificar a direção dos fluxos, ou seja, se a mobilidade é ascendente, descendente ou sem alteração na hierarquia. Para este estudo, a mobilidade intrageracional foi observada, tendo em vista os dados da RAIS MIGRA.

Independentemente de a mobilidade poder se traduzir num processo de ascensão ou de regressão profissional, esta pode assumir as seguintes formas (BÉDUWÉ, 1992): 1) mobilidade geográfica – consiste na mudança de área geográfica em que é exercida a profissão; 2) mobilidade setorial e/ou de empresa – consiste na mudança de setor de atividade e/ou de empresa; 3) mobilidade funcional e/ou horizontal – consiste na mudança de função; 4) mobilidade sócio-profissional – consiste na mudança de profissão; 5) mobilidade na condição perante o trabalho – consiste na mudança da condição perante o trabalho (ativo ocupado, ativo desempregado, inativo). Almeida, Marques e Alves (2000)



ainda acrescentam: 6) mobilidade contratual – consiste na mudança do tipo de relação contratual (trabalhador independente, trabalhador temporário, contratado por tempo determinado). As formas de mobilidade enunciadas podem ser verificadas em dois planos distintos: o da mobilidade interna quando a mudança se produz no seio de uma mesma empresa e o da mobilidade externa quando essa mudança coincide com a mudança de empresa ou de empregador.

Referente à mobilidade setorial e/ou de empresa, Helal (2008), mostra que o setor público tem privilegiado e valorizado fortemente os investimentos em capital humano, o que aproxima o emprego público da noção de “trabalho decente” (ver ILO, 2004 e OIT, 2009³). Nogueira, Baraldi e Rodrigues (2004) afirmam, a respeito das condições de trabalho na administração pública e de acordo com as leis vigentes, que ele é um trabalho socialmente protegido e não se pode dizer que é precário.

3. METODOLOGIA

A pesquisa, aqui apresentada, procurou mostrar as principais características de emprego dos profissionais da informação, na contemporaneidade. Os dados foram tratados por estatística descritiva, e consistem em informações agregadas disponibilizadas pelos sistemas do Ministério do Trabalho e do Emprego. Como já foi dito, anteriormente, as bases RAIS são consideradas um censo do mercado de trabalho formal brasileiro, sendo os dados de extrema relevância para as descobertas reveladas. Além da base da RAIS foi utilizada a base RAIS MIGRA que, que baseada na primeira, permite uma análise transversal dos vínculos empregatícios.

Instituída pelo Decreto n.º 76.900/75, de 23 de dezembro de 1975, a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS é um registro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos ou CNPJ. O Ministério do Trabalho e do Emprego informa que, desde os anos 90, os dados da RAIS registram importantes avanços quantitativos e qualitativos, em decorrência da ampliação do número de declarações em meio magnético. Desde o ano base de 2000, a declaração tem sido feita apenas em meio magnético e pela Internet, quando sofre as primeiras críticas e correções, o que favorece a geração de dados com maior validade. As principais variáveis investigadas são: empregos em 31 de dezembro segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial (RAIS, 2010).

A principal vantagem dessa fonte de informação é a sua abrangência, uma vez que permite o cruzamento de variáveis estatísticas, englobando níveis ocupacionais, setoriais e geográficos, inclusive por município. Embora com algumas limitações, decorrentes de informações incompletas ou incorretas, ainda assim, como afirmam Negri *et al.* (2001), a RAIS é uma fonte confiável de análise do mercado formal de trabalho no Brasil, principalmente por sua natureza censitária, amplitude de

3 A medição do trabalho decente é feita, no Brasil, a partir de indicadores que cobrem dez áreas temáticas, variando desde oportunidades de emprego, jornada de trabalho e conciliação entre o trabalho, vida pessoal e familiar até diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores. Também é objeto de análise o contexto econômico e social que condiciona o trabalho decente. Além de dados estatísticos, o conceito também inclui informação qualitativa sobre direitos do trabalho e marco legal e institucional para o trabalho decente. (OIT, 2009)



informação, cobertura geográfica e dimensão temporal.

Já a RAIS MIGRA, cruzando dados do empregado com os das empresas onde já trabalhou ao longo de seu percurso profissional, é uma base de dados que possibilita o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória ocupacional dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é possível pela base RAIS, mais convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos. Existem dois modelos da base de dados RAIS MIGRA: o modelo “PAINEL” (posição do trabalhador ao longo do tempo), que permite estudos de mobilidade do indivíduo no mercado de trabalho; e o modelo “VÍNCULO” (relação de emprego formal estabelecida entre um estabelecimento e um trabalhador), que permite estudos de duração (tempo de emprego e desemprego) e reinserção, complementando o potencial de uso da RAIS para acompanhamento do mercado de trabalho (RAIS, 2010). Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se o modelo VÍNCULO. Nesta modalidade de pesquisa, cada registro do trabalhador em carteira é contado como um vínculo e, deste modo, o trabalhador que apresenta dois registros ocupacionais, será considerado em dois momentos nas consultas. E, o trabalhador que já apresentou sete vínculos empregatícios será considerado sete vezes nas contagens longitudinais que consideram inclusive os vínculos inativos.

4. PROFISSÃO, ESTABILIDADE E CARREIRA DOS BIBLIOTECÁRIOS - OU PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

O bibliotecário exerce uma profissão, e não apenas uma ocupação. O que sustenta esta afirmação é a especialização, o conjunto de saberes específicos, a existência de legislação autorizando ao grupo o exercício profissional, sob a tutela do Estado e acompanhado pelos conselhos profissionais (ver FREIDSON, 1998; CUNHA e CRIVELLARI, 2004). O processo de regulamentação da profissão tem como marcos a Lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962, regulamentada em 16 de agosto de 1965, pelo Decreto Nº 56.725; além da Lei nº 9.674, de 26 de junho de 1998 (CFB, 2009). Esta legislação exige o bacharelado em biblioteconomia e o registro no conselho profissional regional, da respectiva jurisdição, para exercício da função. Já o Conselho Federal de Biblioteconomia foi criado em 1966. Esses elementos configuram uma profissão adequadamente regulamentada.

Em 2002, a partir da reformulação da CBO (Classificação Brasileira das Ocupações), coordenada pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), a *família ocupacional* referente aos bibliotecários passou a denominar-se “profissionais da informação”, incorporando também os documentalistas e os analistas da informação, a todos exigindo o bacharelado em Biblioteconomia. Esta mudança trouxe uma relativa desregulamentação ao grupo socioprofissional, pois criou ambigüidades a respeito da natureza dos postos de trabalho efetivamente ocupados.

Vale, neste ponto, mencionar que os temas relacionados à profissão bibliotecária e seus espaços



de trabalho já foram amplamente estudados, gerando publicações que datam de várias décadas e procedências diversas, em âmbito nacional e internacional. O presente trabalho não se propõe resgatar toda a gama de pesquisas realizadas, pois se situa numa classe específica de estudos, divulgados no âmbito do GT-6 dos ENANCIB's, que seguem uma abordagem demográfica e utilizam como fonte primária diferentes bases de dados governamentais (ver CRIVELLARI e CUNHA, 2009). É nesta categoria que se situa e referencia a pesquisa ora apresentada.

Nesta linha, foi evidenciado que a maioria dos bibliotecários brasileiros, ou profissionais da informação, trabalham em bibliotecas, particularmente no serviço público. É o que demonstraram Januzzi (2003) e Pena (2007). Para Pena, Crivellari e Neves (2006 e 2008), através de estudo baseado nos dados da RAIS, comparando os anos de 1994 e 2004, a grande maioria destes profissionais é composta por mulheres; 81,85% dos profissionais da informação registram mais de 30 anos de idade, e 97,69% dos vínculos empregatícios são contratos formais de trabalho. A maioria dos profissionais da informação permanece muito tempo no mesmo vínculo, pois 83,40% dos profissionais não foram admitidos, demitidos ou transferidos durante o período analisado.

Pena (2007) usando a RAIS, no período de 1985 a 2005, identifica que o setor público foi e continua sendo o grande empregador dos profissionais da informação. A atividade econômica de maior destaque, entre os ramos empregadores, é o educacional, devido à prevalência das bibliotecas no segmento, principalmente nas instituições de ensino superior. O estudo de Pena (2007) mostra que, nos últimos 20 anos, ocorreu um crescimento da entrada de pessoas do sexo masculino, para o grupo profissional, embora a maioria ainda sejam as mulheres. O autor afirma que a mudança pode ser parcialmente explicada pelo discurso de ampliação do mercado de trabalho no ramo das tecnologias. O estudo confirma a estabilidade dos vínculos empregatícios, e a prevalência de atuação em estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados. Os principais empregadores estão na administração pública e na educação, mas o cenário analisado identifica expansão gradual dos profissionais da informação em outros setores da economia.

O presente artigo apresenta, portanto, um diferencial em relação aos estudos anteriores, não apenas no que se refere à cobertura dos dados, sobre o mesmo mercado de trabalho, nos quatro últimos anos, mas também pelas análises possibilitadas pelo uso da RAIS MIGRA, o que permitiu observar a mobilidade ocupacional do bibliotecário.

Para a caracterização da estabilidade na profissão foram considerados as seguintes variáveis: o volume de admissões e desligamentos, gênero e faixa etária, tempo de permanência no vínculo empregatício, também a natureza jurídica do empregador e tamanho do estabelecimento empregador. Os autores que contribuíram especificamente para a construção da estrutura de análise foram: Castel (1998), Boyer (2009), Weber (1999), Helal (2008), Nogueira, Baraldi e Rodrigues (2004), Collins (1979) *apud* Diniz (2001), Pena (2007), Pena, Crivellari e Neves (2006, 2008), além da ILO (2004) e OIT (2009).

Ocorre a estabilidade em um grupo profissional quando este apresenta baixa concentração de desligamentos *vis a vis* um maior número de admissões. Ou seja, quanto maior o tempo de permanência



no vínculo, maior a estabilidade da profissão. Além do mais, uma profissão que apresente feminização e uma distribuição representativa em faixas etária maiores, demonstra maior possibilidade de acesso, sem discriminação, à profissão. Esta é também, e junto com a estabilidade, uma característica do “trabalho decente”.

Quanto à natureza jurídica dos estabelecimentos empregadores, considera-se que profissionais empregados nas organizações públicas apresentam maior estabilidade do que os profissionais empregados nas empresas privadas, mais sujeitas a crises do mercado. Considera-se, ainda, que devido à dificuldade de reação das pequenas empresas, tendo em vista a estrutura enxuta do seu quadro funcional, tais empresas apresentam menor possibilidade de ofertar estabilidade e carreira, conforme Weber (1999) já salientava. Sendo assim, considera-se que profissionais empregados em estabelecimentos maiores apresentam maior estabilidade e perspectivas de carreira.

Referente ao reconhecimento social entende-se que uma profissão reconhecida, tem como sinais tanto a estabilidade quanto a remuneração adequada (BOYER e CAROLI, 1993; CRIVELLARI, 1998). O crescimento do grupo socioprofissional também pode refletir este reconhecimento, vindo do interior do próprio grupo. Neste sentido, constatou-se que a profissão apresentou um crescimento significativo de 1985 a 2009, registrando a manutenção de 100% dos postos de trabalho e a abertura de 95,73 % de novos postos (Gráfico 1). Apenas no período de 2002 a 2009, houve um aumento em 60% dos profissionais da informação (PI) no Brasil. Este índice tende a crescer, fortemente, quando se considera a relação entre o número de bibliotecas escolares existentes no país (30.381, segundo a RAIS-Estabelecimento) e o número bibliotecários nelas empregados (1.561, conforme a RAIS). A partir da Lei 12.244/2010¹, espera-se que a profissão tenha, nos próximos dez anos, um crescimento muito elevado para responder às necessidades reais da população estudantil, bem como às exigências legais de exercício da profissão.



¹ A Lei dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e o seu Art. 3º diz que “os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.” (grifo nosso)



Gráfico 1: Crescimento do número de Profissionais da Informação de 1985 a 2009 Fonte: RAIS (2010)

Tomando-se como base comparativa a família ocupacional da CBO referente aos “analistas de tecnologia da informação” – pouco regulamentada, conforme o mencionado na introdução deste artigo – nota-se o crescimento deste grupo em 592%, entre 1985 e 2009. Tal crescimento explosivo, decorrente do crescente mercado de tecnologia da informação é prejudicial para a valorização profissional (ver FREIDSON, 1998; CHILD e FULK, 1982 e DINIZ, 2001). Os analistas de tecnologia da informação não apresentam um projeto de fechamento com base em credenciais educacionais e tal fato permite acesso indiscriminado aos postos de trabalho, proporcionando uma precarização da profissão (RODRIGUES, 2006), além da redução do salário, observado pelos dados da RAIS. O Gráfico 2 apresenta dados comparados da evolução salarial entre os profissionais da informação/bibliotecários e os analistas de tecnologia da informação. É importante considerar que a jornada de trabalho dos dois grupos socio-profissionais é distinta, sendo esta uma variável de impacto na análise comparativa, por ser registrado 53% do número de profissionais da informação em jornadas inferiores a 40 horas semanais, enquanto para os analistas de TI registra-se 38%.

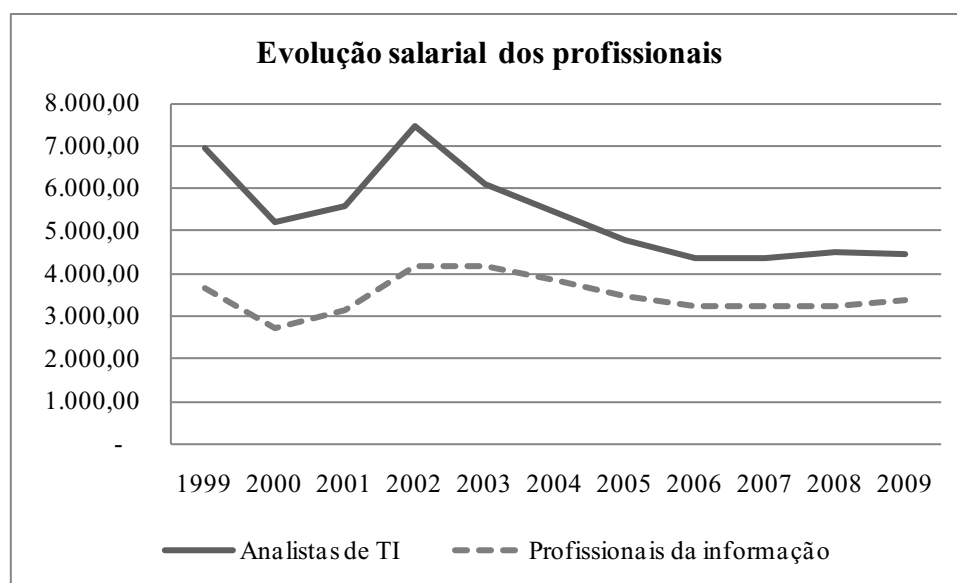


Gráfico 2: Evolução salarial dos Profissionais da Informação comparado aos Analistas de TI, 1999 a 2009
Fonte: RAIS (2010)

Ao analisar a remuneração dos bibliotecários/PI², os resultados revelam que as variações salariais foram correspondentes, ou seja, o salário deste profissional manteve-se estável, demonstrando uma equidade ao longo do período, enquanto a do analista de tecnologia da informação registrou queda

2 Para esta análise foi utilizada a variável remuneração de dezembro em reais, que expressa “a remuneração média mensal individual nominal”, definida como a média aritmética das remunerações mensais nominais de cada vínculo, considerando apenas os meses ou frações - no caso de meses de admissão ou rescisão - efetivamente trabalhados (RAIS, 2010). O valor apresentado, no período de 1999 (quando a variável foi criada na RAIS) a 2009, foi atualizado pelo IPCA, divulgado através do IBGE.



expressiva, no mesmo período considerado. A remuneração, como já foi dito, é um dos principais fatores de reconhecimento da sociedade em relação à ocupação. Neste caso, o equilíbrio do salário de bibliotecário/PI, ao longo dos anos, além de sua compatibilidade com os salários do grande grupo de ciências e artes, são signos do reconhecimento social desta profissão.

Ainda relacionado à estabilidade dos bibliotecários, vale registrar o crescimento da rotatividade³, a partir do ano 2000, tendo em vista o número de admissões e desligamentos registrados entre os empregados do grupo. Os dados da RAIS (Gráfico 3) mostram que, no grupo, a maioria dos desligamentos ocorreu por demissão sem justa causa ou por desligamento sem justa causa. Quanto às admissões e desligamentos é possível observar que existe um saldo negativo em vários anos analisados. Tal fato revela que nem todos os profissionais desligados foram reinseridos ao mercado de trabalho no mesmo ano. Contudo, é possível perceber que o mercado de trabalho formal tem absorvido os profissionais desligados, e contratado novos profissionais. Esse movimento, a partir de 2002, relaciona-se em parte à ocorrência de um grande número de concursos públicos para bibliotecários, provocando mobilidade entre contratos de trabalho.

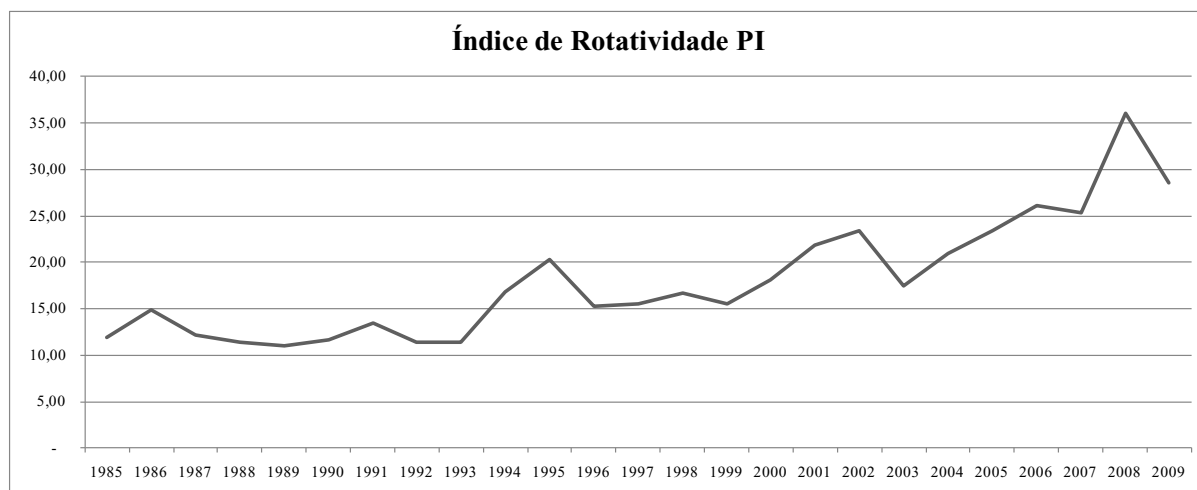


Gráfico 3: Índice de rotatividade dos Profissionais da Informação de 1985 a 2009

Fonte: RAIS (2010)

Referente à questão de gênero, observa-se uma acentuada atuação do sexo feminino na população bibliotecária. Tal evidência apresenta sustentação nos estudos de Pena (2007), sobre o Brasil, e no de Cronin (1993) que retrata a feminização da profissão como fenômeno internacional. Contudo, percebe-se uma queda desta razão, a partir de 1997, identificada por Pena (2007) que a atribui à prevalência da tecnologia de comunicação, e ao relativo afastamento da idéia de biblioteca enquanto espaço físico de documentos organizados e/ou único local para o exercício da profissão. Em 1985 a razão era de 7,32 mulheres para cada homem atuante no mercado de trabalho, alterando a razão em 2003 para

³ Segundo Chiavenato (1999), o índice de rotatividade é calculado a partir do volume de (A) entradas + (D) saídas de pessoal, dividido pelo efetivo médio (EM). $[(A+D):2 \times 100]:EM$.



2,62 mulheres, e em 2009 para 2,28. Mesmo apresentando queda nos seus índices, os dados mostram que a profissão ainda é amplamente favorável às mulheres.

Quanto à faixa etária, foi identificada uma tendência de envelhecimento da categoria, pois o grupo mais representativo, de 1997 a 2006, foi o de 40 a 64 anos. Este dado significa estabilidade no vínculo e na carreira para a mesma população. Os mesmos dados mostram ainda que, nos três últimos anos analisados (2004 a 2006), aumentou o número de jovens, inclusive com menos de 25 anos, o que mostra a atratividade da profissão. A vinculação de acesso à profissão pelo gênero e pela faixa etária, como já foi dito, permite interpretar as possibilidades de um acesso indiscriminado à profissão, por apresentar um percentual elevado do sexo feminino e de pessoas mais velhas, dois grupos tradicionalmente discriminados nas sociedades ocidentais.

Por meio das bases estatísticas da RAIS identificou-se, também, os tipos de estabelecimento nos quais o bibliotecário atua. As organizações estão distribuídas entre oito tipos de “natureza jurídica”, que foram agrupadas em três grupos visando facilitar as análises nesta pesquisa, sendo estes: 1) setor público, que agrupa o serviço público federal, o estadual, o municipal e as entidades empresariais estatais; 2) setor privado, que contempla as organizações empresariais privadas e 3) entidades sem fins lucrativos. Os resultados revelam que os profissionais da informação têm uma alta participação no emprego público e nas entidades sem fins lucrativos, apesar de esta participação ter decrescido percentualmente nos anos de 2003 e 2004. Contudo, esta família ocupacional sinaliza um crescimento de empregos em empresas privadas nos últimos seis anos analisados. Observa-se que a profissão oferece estabilidade por estar mais direcionada a empresas públicas e sem fins lucrativos que são mais perenes em relação às empresas privadas.

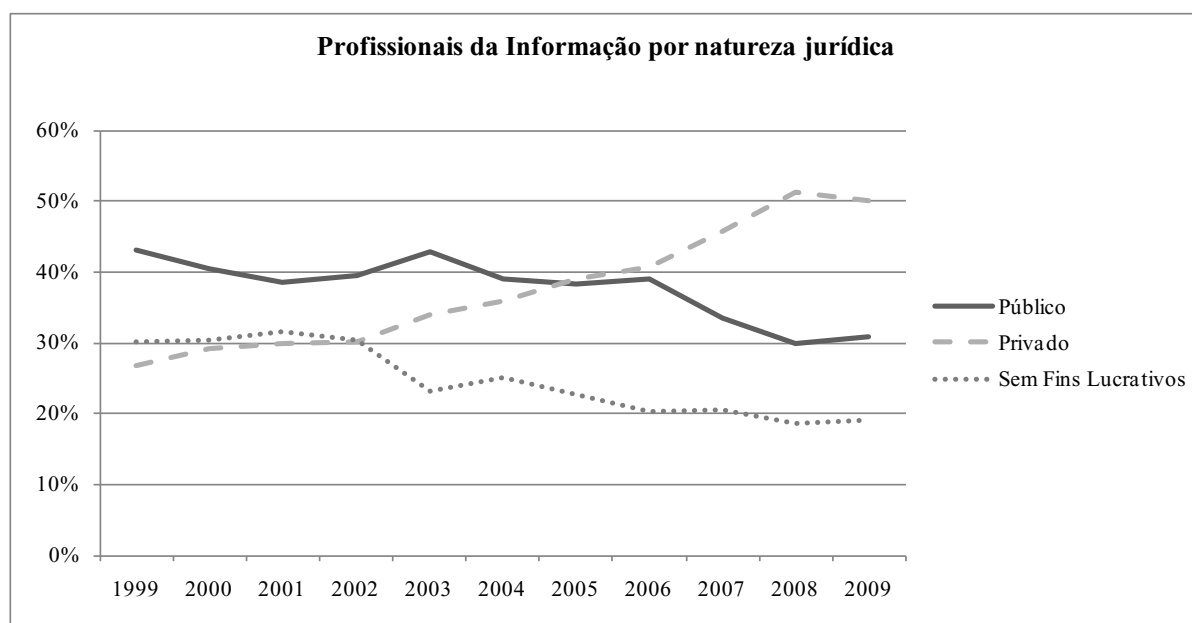


Gráfico 6: Profissionais da Informação por natureza jurídica, de 1999 a 2009



Fonte: RAIS (2010)

Para a análise da carreira foi considerada a mobilidade horizontal na trajetória profissional dos bibliotecários. Em geral, foram observadas carreiras muito estáveis, com pouca mobilidade. O levantamento dos dados pela RAIS MIGRA indicou a quase inexistência de migração geográfica, pois apenas 34 profissionais migraram de um estado para outro, durante todo o período observado. Quanto à migração setorial, identificou-se que os bibliotecários com a primeira e última ocupação na mesma família ocupacional, nela permaneceram em 88,07% dos casos observados. Deduz-se daí que a manutenção na mesma ocupação ou cargo resulta, possivelmente, da aprovação do profissional com a ação exercida, as responsabilidades assumidas, e a remuneração praticada. Entretanto foi significativa a migração do poder executivo estadual para o poder executivo municipal. Tal migração representou 42% dos vínculos. Talvez pelo fato de as prefeituras oferecerem salários mais competitivos do que os governos estaduais.

Para mensurar a estabilidade da profissão considerou-se, também, o tempo de emprego, e foi possível constatar que 24% dos profissionais têm mais de 5 anos no vínculo e 15% têm 10 anos ou mais no vínculo.

Quanto ao perfil do estabelecimento que emprega o bibliotecário/PI, ao analisar o ano de 2009 da RAIS foi possível identificar que 83% dos PI foram contratados por empresas com mais de 50 funcionários, e destes, 47% estão em empresas com mais de 500 funcionários. Ao analisar a série histórica de 1985 a 2009, foi possível identificar que a variação foi de 82% a 93% dos PI atuando em estabelecimentos com mais de 50 funcionários. E, de 41% a 62% dos PI atuando em estabelecimentos com mais de 500 funcionários.

Profissionais da Informação por tamanho de estabelecimento

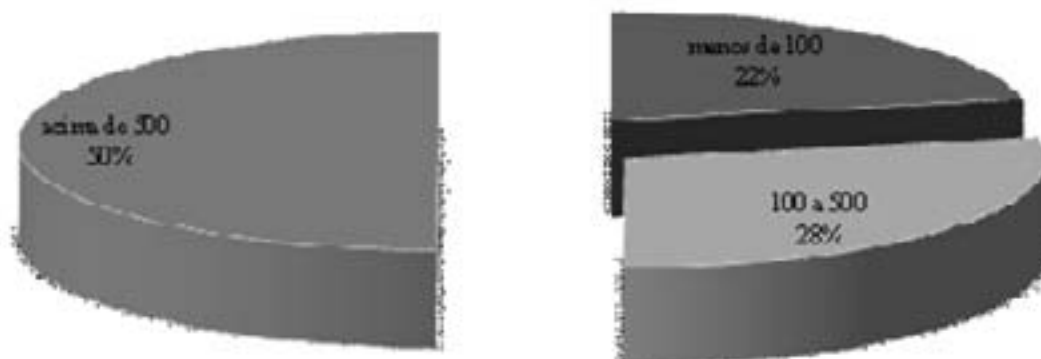


Gráfico 7: Média de Profissionais da Informação por tamanho do estabelecimento empregatício de 1985 a 2009



Fonte: RAIS (2010)

O porte do estabelecimento também demonstra um sinal de estabilidade por este ser um indicador que se associa à perenidade das relações empregatícias devido à tendência de perpetuidade da organização que gera o vínculo empregatício. Conforme afirmado por Ekerman (1978), os profissionais que atuam em empresas maiores apresentam perspectivas de emprego mais interessantes, e menor precariedade. Desta forma, pode-se afirmar que os profissionais da informação estão empregados, em sua maioria, em organizações de grande e médio porte, o que é positivo para a classe profissional.

Outra forma de análise da mobilidade foi baseada na observação do setor empregador, ou seja, em quais subsetores da economia formal estão empregados os profissionais da informação.

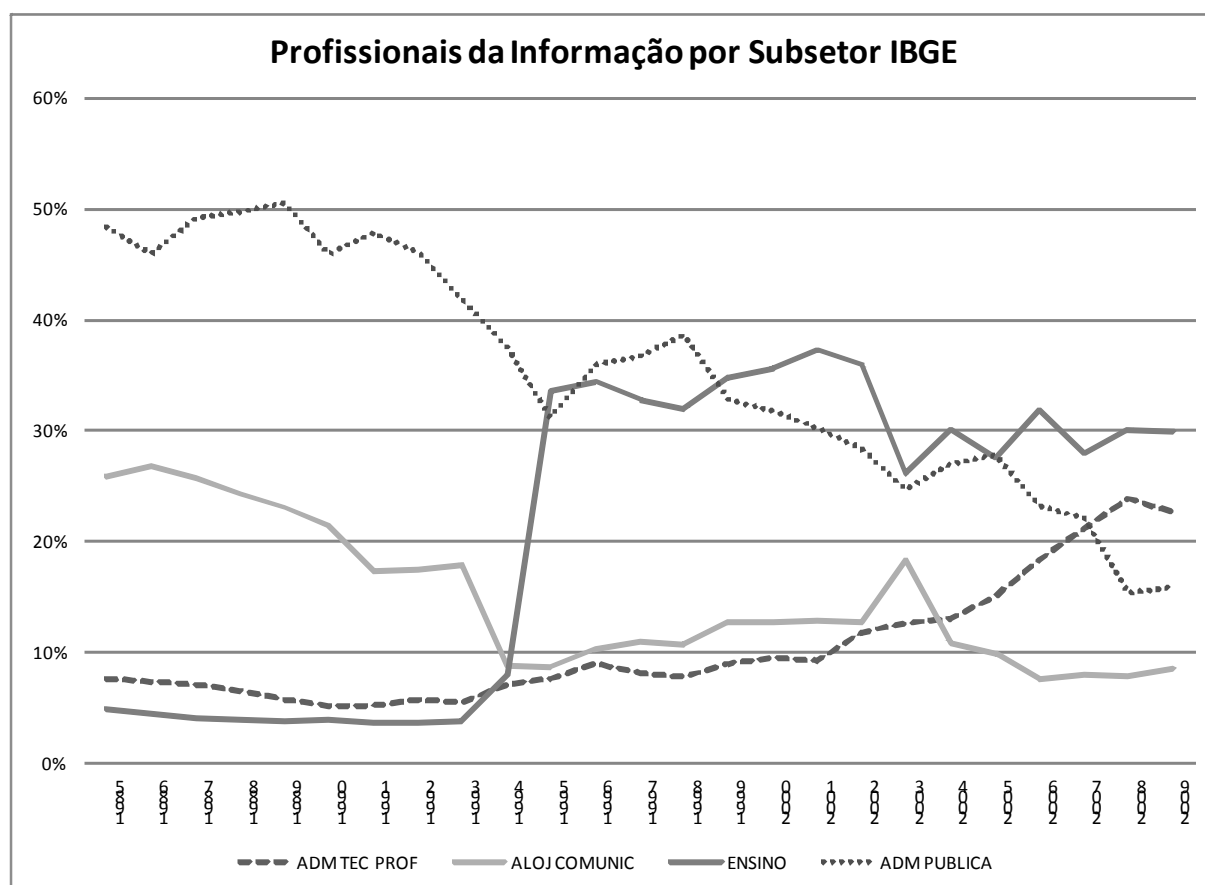


Gráfico 8: Principais subsectores do IBGE para os profissionais da informação, de 1985 a 2009

Fonte: RAIS (2010)

A análise do Gráfico 8 permite constatar que houve preservação do espaço profissional, garantido pelo processo de regulamentação estabelecida no Brasil. Os dados revelam que, considerando os subsectores de atividades econômicas classificados pelo IBGE, houve redução de postos de trabalho na classe “administração pública” e crescimento na de “ensino superior”. É preciso observar, nestes



casos, a exigência do Ministério da Educação quanto à efetividade das bibliotecas nas instituições de ensino superior; além do mais, podem impactar os resultados as mudanças ocorridas nos sistemas de classificação, tanto o de profissões (CBO) quanto o de atividades econômicas (CNAE).

Apesar da queda relativa dos índices da administração pública, constatou-se que dos vínculos analisados pela RAIS MIGRA, a maioria (19%) dos profissionais ainda estão registrados em órgãos públicos, o que demonstra estabilidade favorável, por ser um trabalho socialmente protegido e sem indícios de precariedade, de acordo com Helal (2008) e Nogueira, Baraldi e Rodrigues (2004).

Outro subsetor que recebe destaque e crescimento do número de profissionais é o de ADM TEC PROF, que inclui as atividades de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico-profissionais, auxiliares de atividades econômicas e organizações internacionais e representações estrangeiras. Tal subsetor inclui firmas especializadas em “terceirização”, uma das modalidades de contratação muito utilizada pelo setor público brasileiro. Neste caso, a estabilidade do emprego foi afetada negativamente.

Ainda analisando o Gráfico 8, observa-se que o quarto subsetor com maior destaque é o de transportes e comunicações – ALOJ COMUNIC - que registrou um declínio da participação nos últimos anos. Neste setor, por outro lado, observou-se um percentual acima de 50% no número de trabalhadores sem formação superior que foram, portanto, classificados erroneamente pelo empregador; muito provavelmente pelo fato de na CBO constar, na mesma família ocupacional denominada *Profissionais da Informação*, a ocupação “analista da informação”, junto aos “bibliotecários” e “documentalistas”.

Desdobrando-se os dados sobre os principais empregadores de profissionais bibliotecários – as atividades de educação (36% sobre o total) - verifica-se que a maioria (25%) concentra-se nos estabelecimentos de ensino superior. O ensino fundamental, médio e demais instâncias (11%) têm, portanto, grandes possibilidades de expansão para atender às demandas decorrentes da Lei 12.244/2010, já comentada na nota de rodapé nº 4. Pode-se afirmar, assim, que o mercado de trabalho bibliotecário encontra-se em expansão, que é outro indício do “trabalho decente”: a existência de oportunidades.

5. CONCLUSÕES

Uma profissão consolidada tende a permitir estabilidade e carreira aos seus profissionais. Os bibliotecários/PI apresentam uma trajetória histórica que favorece tais resultados virtuosos. Com a realização da pesquisa descritiva, nas bases da RAIS e RAIS MIGRA, foi possível confirmar que o grupo tem estabilidade e possibilidades favoráveis de desenvolvimento das carreiras profissionais de seus membros. O que é muito significativo, principalmente em tempos de quebra das regulamentações.

Os resultados do levantamento de dados revelam que a profissão apresenta crescimento do número de profissionais, e caracteriza-se pela estabilidade, uma vez que apresenta relação favorável



entre o volume de admissões e desligamentos, aceitação do gênero feminino e distribuição de profissionais por faixa etária com percentual favorável às pessoas de mais idade. Considerou-se, ainda, que a profissão revela: relação favorável de tempo de permanência no vínculo empregatício; alta participação do emprego público e de organizações sem fins lucrativos; ressalta-se também o elevado percentual (78%) dos profissionais atuantes em estabelecimentos com mais de 100 funcionários.

Os resultados da pesquisa mostram, portanto, que os bibliotecários/PI apresentam traços de uma carreira consolidada por revelarem ausência de mobilidade horizontal, ou seja, baixa mobilidade geográfica e setorial. Quanto à mobilidade vertical, verificou-se que, em relação à migração ocupacional, os profissionais observados demonstram permanência significativa no mesmo cargo ou ocupação durante sua trajetória, o que pode simbolizar a aprovação dos sujeitos quanto à atividade exercida, as responsabilidades assumidas, e a remuneração recebida. Conclui-se que a regulamentação favorece o exercício profissional, em termos de estabilidade, carreira e salário o que significa, em outras palavras, reconhecimento social.

Abstract: Based on the derivative data of the administrative record of the Annual List of Social Information (Relação Anual de Informações Sociais RAIS), consolidated on the basis of RAIS and RAIS MIGRA, both organized and available by the Ministry of Labor and Employment, this article presents an analysis of employment, from 1985 through 2009, of librarians or information professionals, as they are also called in Brazil. The analysis focused on the stability and the career of the formal labor market of this group of professionals. For this, some variables were investigated, regarding the employee: number of hiring and dismissals, gender, age and length of stay at the job. In regard to employers, the factors investigated were the size, legal status and distribution according to the economic activities classification. This data was analyzed based on studies on the area of information, education and labor as well as sociology, economics and demographics. This paper brings partial results of a research developed with the aim to achieve a PhD title. The general objective is to evaluate the relationship between professional regulation and the job match of some professions that operate with information. This article focused on specific issues of the job and the profession as a librarian. Based on the data analyzed the regulation favors the professional, in terms of stability, career and salary, which means, in other words, social recognition.

Keywords: Librarian. Information professional. RAIS. RAIS MIGRA. Stability. Career. Employment.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, António José; MARQUES, Maria Amélia; ALVES, Natália. Carreiras profissionais: novos caminhos para as relações de trabalho? **Actas do IV Congresso Português de Sociologia**



- Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Universidade de Coimbra, 17-19 de Abril 2000. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcd63c0e0b_1.PDF>. Acesso em: 26 de abril de 2011.

ANDRADE, Flávia Cristina Drumond; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu/MG: 1996. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A21.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2011.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BÉDUWÉ, Catherine (1992) “Mobilité professionnelle et formation” in Coutrot, Laurence et Dubar, Claude (Dir.) *Cheminements professionnels et mobilités sociales*, Paris, La Documentation Française. *Apud*: ALMEIDA, António José; MARQUES, Maria Amélia; ALVES, Natália. Carreiras profissionais: novos caminhos para as relações de trabalho? **Actas do IV Congresso Português de Sociologia** - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Universidade de Coimbra, 17-19 de Abril 2000. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcd63c0e0b_1.PDF>. Acesso em: 26 de abril de 2011.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação**: os fundamentos. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

BOYER, Robert; CAROLI, Eva. **Changement de paradigme productif et rapport éducatif: performances de croissance comparées France-Allemagne**. Paris: INRA, Ronéotypé CEPREMAP, sept. 1993.

BRIGATTO, Gustavo; DRSKA, Moacir. Setor de TI comemora incentivo à formalização. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 3 agosto 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/466189/setor-de-ti-comemora-incentivo-a-formalizacao>>. Acesso em: 03 de agosto de 2011.

CASTEL, Robert. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta Skinner de; NORONHA, José Carvalho de. **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia. Institucional – legislação. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/institucional.php?codigo=7>>. Acesso em: 07 de maio de 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. Como agregar talentos à Empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

CHILD, John; FULK, Janet. Maintenance of occupational control: the case of professions. *Work and Occupations*, Vol. 9, No. 2, 155-192 (1982). DOI: 10.1177/0730888482009002002. Disponível em: <<http://wox.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/2/155>>. Acesso em: 03 de março de 2009.



COLLINS, Randall. **The Credential Society**. New York: Academic Press, 1979. In: DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **A trama e o drama do engenheiro. Mudança de paradigma produtivo e relações educativas em Minas Gerais. (Tese de Doutorado)**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Educação, 1998.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; CUNHA, Miriam Vieira da. Reflexões sobre o grupo de trabalho (GT-6) do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – Informação, Educação e Trabalho: um olhar a partir da sociologia das profissões e da sociologia do trabalho. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, vol. 2, nº 1, 2009.

CRONIN, Blaise. Profissionalização ou proletarização da atividade informacional? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG** 22(1), p. 38-65, 1993.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação**. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004.

CUNHA, Miriam Vieira da; PEREIRA, Magda Chagas. Perfil do profissional da informação em Santa Catarina: primeiros resultados. **Enancib**. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: Enancib, 2003.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

EKERMAN, Raul. Parcela salarial e tamanho da firma. **Pesq. Plan. Econ.**, 8(1). Rio de Janeiro: abr. 1978. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/577/521>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2011.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

HELAL, Diogo Henrique. **A dinâmica da estratificação social no setor público brasileiro: meritocracia ou reprodução social? Tese (Doutorado Ciências Humanas)** - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7FZV43/1/tese_vers_o_final.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2011.

HOBSBAWM, Eric John. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **Economic security for a better world**. Geneva, Socio-Economic Security Programme, International Labour Office, 2004.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Biblioteconomistas e outros profissionais da informação no mercado do trabalho brasileiro: 1980-1996**. **Enancib**. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: Enancib, 2003.



NEGRI, João Alberto de; CASTRO, Paulo Furtado de; SOUZA, Natalia Ribeiro de; ARBACHE, Jorge Saba. **Mercado formal de trabalho**: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 25 p.

NOGUEIRA, Roberto Passos; BARALDI, Solange; RODRIGUES, Valdemar de Almeida. Limites críticos das noções de precariedade e desprecarização do trabalho na administração pública. Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil. **Estudos e Análises** – Volume II. Ministério da Saúde: Organização Pan-Americana da Saúde, 2004.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf. Acesso em: 26 de abril de 2011.

PARENZA, Cidriana; SCHNEIDER, Eduardo Miguel. Estudo exploratório sobre a mobilidade ocupacional recente na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 111-136, 2010.

PENA, André de Souza, CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi, NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004 In: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. **A Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas; Políticas e Institucionais nos Processos de Produção; Acesso e Disseminação da Informação**. 1 ed. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2008.

PENA, André de Souza, CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi, NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. O Mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004 In: VII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2006, Marília - SP. **Anais do VII ENANCIB - CD Rom**. Marília -SP: VII ENANCIB, 2006.

PENA, André de Souza. A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2007.

RAIS. **Comunicado MTE 159/2010 (11/02/2010). Bases de Dados RAISMIGRA - Atualização da Trajetória pela RAIS 2008**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pdet/ajuda/notas_comunic/comu15910.asp. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

RAIS. Nota técnica **MTE 061/04 (09/01/2004). Base de Dados RAIS/2002 - versão definitiva**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pdet/ajuda/notas_comunic/nt06104.asp. Acesso em: 18 de novembro de 2010.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. As profissões e a democracia. *Pro-posições*, v. 17, n.1 (49) – jan/abr. 2006. Disponível em: <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/texto53.html>. Acesso em: 20 jan. 2009.

XII ENANCIB



ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Brasília, Distrito Federal 23 a 26 de outubro de 2011

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. II. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.